

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.362 - SP (2019/0302628-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : EDER PEREIRA BAHIA  
**ADVOGADO** : EDER PEREIRA BAHIA - SP287830  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WAGNER GOMES DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Wagner Gomes de Oliveira**, apontando-se como autoridade coatora a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em 27/8/2019, o paciente foi autuado em flagrante pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas (509,5 g de maconha) e de corrupção ativa. Realizada a audiência de custódia, o Juízo da 2ª Vara Judicial da comarca de Hortolândia/SP (Autos n. 1501837-47.2019.8.26.0229) homologou o flagrante e decretou a prisão preventiva.

Indeferido o pedido de revogação da prisão, impetrou-se *writ*, na origem, o qual teve a ordem denegada.

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante sustenta, em apertada síntese, a ausência de fundamentos concretos para a decretação da prisão cautelar.

Menciona que o paciente é primário, possui bons antecedentes, trabalho lícito e filhos de tenra idade.

Requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão, expedindo-se o competente alvará de soltura.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano. Na espécie, contudo, isso não ocorreu.

Ao decretar a prisão preventiva, o Magistrado de piso disse que *são fundadas as suspeitas de prática de tráfico de drogas, tendo sido apreendidos, e vinculados ao*

# Superior Tribunal de Justiça

*suspeito, porque as trazia consigo, 509,5 g de maconha. Havia dinheiro em quantia expressiva (e notas trocadas) em posse dele. Veja-se que o suspeito, durante a audiência, não informou passagens, mas foi anteriormente condenado por contravenção. Também tentou subornar, com entrega de arma de fogo, policial militar (fls. 19/20 – grifo nosso).*

O Tribunal de Justiça, ao denegar a ordem do writ originário, concordou com os fundamentos apresentados pelo Magistrado de piso.

Assim, tendo em vista as circunstâncias concretas do flagrante, a saber, quantidade de droga apreendida e, ainda, a tentativa de suborno, em que o paciente ofereceu a arma de fogo ao policial militar para não ser preso, não observo constrangimento ilegal apto à concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 2ª Vara Judicial da comarca de Hortolândia/SP (Autos n. 1501837-47.2019.8.26.0229) acerca da atual situação do paciente e da ação penal, encaminhando-se cópia da sentença, caso tenha sido proferida.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator